

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	V
A APLICAÇÃO DO DIREITO E A NOÇÃO DE ORDENAMENTO JURÍDICO – <i>Álvaro Augusto Lauff Machado</i> .	1
INCONSTITUCIONALIDADE, ILEGALIDADE, ILOGICIDADE E IMORALIDADE DO AUMENTO DO IO-CRÉDITO PREVISTO NO DECRETO Nº 10.797/2021 EM PLENA PANDEMIA DO COVID-19 – <i>Ana Paula da Costa Herrera</i>	23
AUTUAÇÃO FISCAL POR CRÉDITO ADVINDO DE NOTA FISCAL INIDÔNEA E A NÃO RESPONSABILIZAÇÃO DO EMISSOR DO DOCUMENTO FISCAL – <i>André Felix Ricotta de Oliveira</i>	43
INADMISSIBILIDADE DE SOLUÇÕES NÃO LEGISLADAS NO CONTROLE DE PLANEJAMENTOS TRIBUTÁRIOS ABUSIVOS – <i>André Mendes Moreira e Arthur Maia Queiroz</i>	65
CONSIDERAÇÕES ACERCA DA TRIBUTAÇÃO SOBRE OPERAÇÕES DE VENDA DE IMÓVEIS NO LUCRO PRESUMIDO – <i>Andréa Medrado Darzé Minatel, Gustavo Froner Minatel e Guilherme Froner</i>	99

O VALOR TRIBUTÁRIO MÍNIMO NO IPI E AS RECENTES DECISÕES DO CARF SOBRE O CONCEITO DE PRAÇA – Andréia Fogaça Rodrigues Maricato	137
POLÊMICAS NA ESFERA ESTADUAL: DA TRIBUTAÇÃO À COBRANÇA DO ICMS ANTECIPADO – Antônio Machado Guedes Alcoforado	153
A DEDUÇÃO DAS DESPESAS COM A LGPD PARA CÁLCULO DE PIS/COFINS – Betina Treiger Grupenmacher	189
CONSEQUENCIALISMO JUDICIAL: COMO ENTENDER A MODULAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA – Bianor Arruda Bezerra Neto	219
DIREITO TRIBUTÁRIO INTERNACIONAL E INTERDISCIPLINARIDADE: O CASO DO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO AGRESSIVO – Caio Augusto Takano ...	243
PRINCÍPIO DA SELETIVIDADE: A ESSENCIALIDADE COMO CRITÉRIO CONSTITUCIONAL PARA FIXAÇÃO DE ALÍQUOTAS DO ICMS – Carolina Romanini Miguel	271
TUTELA PROVISÓRIA E COMPENSAÇÃO TRIBUTÁRIA: OS EFEITOS PRÁTICOS DA DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 7º, § 2º, DA LEI 12.016/2009 – Cassio Scarpinella Bueno	289
INCORPORAÇÃO DE SOCIEDADES. ERRO NA IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO PASSIVO – Celia Maria de Souza Murphy	307
IPTU. FINANCIAMENTO ESTRATÉGICO DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS. ANÁLISE JURÍDICA DA PROPOSTA DE REFORMA TRIBUTÁRIA (PEC 110/2019) – Cintia Estefania Fernandes	329
BENEFÍCIOS FISCAIS NA TRIBUTAÇÃO DE E-COMMERCE E MARKETPLACES – Daniel Moreti	341

DRAWBACK INSTITUTO E JURISPRUDÊNCIA ATUAL – Daniela de Andrade Braghetta	363
OS DESAFIOS DA FACILITAÇÃO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL – PONTOS DE ATENÇÃO AOS IMPORTADORES BRASILEIROS – Daniela Floriano	375
O ALCANCE DO ART. 98 DO CTN E OS COMANDOS CONSTITUCIONAIS SOBRE OS TRATADOS INTER- NACIONAIS – Danielle Mariotto Sanches Dias da Silva e Jacqueline Mayer da Costa Ude Braz	397
COMPENSAÇÃO TRIBUTÁRIA, COISA JULGADA E OS §§ 5º A 8º DO ART. 535 DO CPC – Daniilo Monteiro de Castro	425
ADSTRICÇÃO, SUPERAÇÃO E DISTINÇÃO DOS PRECE- DENTES NO CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO – Diógenes Teófilo de Jesus	445
PROCESSO TRIBUTÁRIO E COMPENSAÇÃO: PRES- SUPOSTOS TEÓRICOS DO INDÉBITO TRIBUTÁRIO – Eduardo de Paiva Gomes	485
IPTU VERDE E PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS – Edvaldo Brito	503
AQUISIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA SEM MUDANÇA DE CONTROLE – Elidie Palma Bifano	529
PROVA ILÍCITA E SEUS IMPACTOS NA FENOMENO- LOGIA DA INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA – Fabiana Del Padre Tomé	549
DA RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA DA CONTRI- BUIÇÃO PARAFISCAL AO SENAR – Fábio Chilo e Stéfano Vieira Machado Ferreira	567
MATERIALIDADE DO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL – ITR – ANÁLISE E DEFINIÇÃO DE CONCEI- TOS - IMPACTOS NO VALOR E NA RELAÇÃO – Fernan- da Teodoro Arantes	591

ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO (ZPE) E O HIDROGÊNIO VERDE: UM PROJETO JURÍDICO DE DESCARBONIZAÇÃO DO PLANETA – Flávia Holanda Gaeta	617
O PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO E A INCIDÊNCIA DE ITCMD E DE ITBI – Francielli Honorato Alves	635
MULTA QUALIFICADA E PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO – Gabriel Caldiron Rezende e Júlio M. de Oliveira ..	661
VOTO DE QUALIDADE: PARA ALÉM DO PRECONCEITO DECISÓRIO – Galderise Fernandes Teles e Pablo Gurgel Fernandes	687
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE A RECEITA BRUTA DECORRENTE DA COMERCIALIZAÇÃO DOS CRÉDITOS DE DESCARBONIZAÇÃO – “CBIO” PELAS AGROINDÚSTRIAS SUCROALCOOLEIRAS – Gilson Machado Bento e Viviane Camara Strachicini	709
GARANTIAS AO CRÉDITO TRIBUTÁRIO E SEUS EFEITOS SOBRE O FLUXO DE COBRANÇA FISCAL – Íris Vânia Santos Rosa e Paulo Felipe Souza	733
O PAPEL DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA SUPERAÇÃO DA DISSONÂNCIA DOUTRINÁRIA ACERCA DO PRIMADO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE NATUREZA TRIBUTÁRIA – Isabelle Cristinne Moraes	753
(DUPLA) RESIDÊNCIA FISCAL INTERNACIONAL EM UM CONTEXTO PÓS-MLI – Jaqueline de Paula Leite Zanetoni	775
BIG DATA, INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E SECRET COMPARABLES NOS PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA – Jonathan Barros Vita	799
SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS TRIBUTÁRIAS E RESPEITO À CONSTITUIÇÃO FEDERAL – José Antonio Minatel	817

REFLEXÕES SOBRE RECENTES DECISÕES DO STF E DO STJ ENVOLVENDO A ECONOMIA DIGITAL – José Eduardo de Paula Saran	839
A EXCLUSÃO DO ICMS DA BASE DE CÁLCULO DO PIS E DA COFINS E O PARECER COSIT N. 10/2021 – José Eduardo Soares de Melo	871
A DOSIMETRIA DAS MULTAS FISCAIS (CONFORME A LEGISLAÇÃO DO ICMS DO ESTADO DE SÃO PAULO) – José Orivaldo Peres Júnior	889
O DILEMA ENTRE A EXTRAFISCALIDADE E A IGUALDADE: O CASO DOS INCENTIVOS TRIBUTÁRIOS AO TURISMO – José Roberto Vieira e Maurício Dalri Timm do Valle	917
QUAL REGIME TRIBUTÁRIO É MAIS VANTAJOSO NO AGRO: SER PESSOA FÍSICA OU PESSOA JURÍDICA? – Leonardo Furtado Loubet	973
SINCRETISMO PROCESSUAL NA COBRANÇA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO – Luis Claudio Ferreira Cantanhêde	991
O ICMS, A TRANSFERÊNCIA DE MERCADORIAS ENTRE ESTABELECIMENTOS DO MESMO CONTRIBUINTE PARA DIFERENTES ESTADOS DA FEDERAÇÃO E A REGULAR MANUTENÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO NO CONTEXTO DO AGRONEGÓCIO – Luiz Paulo Jorge Gomes	1011
O MANDADO DE SEGURANÇA EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA E AS TESES VINCULANTES FIXADAS NA ADI 4.296 – Mantovanni Colares Cavalcante	1025
ASPECTOS CONTROVERTIDOS NO GANHO DE CAPITAL DECORRENTE DA ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS – Marcelo Guaritá Borges Bento	1051

CARACTERIZAÇÃO DA INTERPOSIÇÃO FRAUDULENTA DE TERCEIRO NA IMPORTAÇÃO À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA – <i>Marcos André Vinhas Catão e Tania Emily Laredo Cuentas</i>	1077
INCONSTITUCIONALIDADE DA INCLUSÃO DO ISSQN NA BASE DE CÁLCULO DO PIS/COFINS – <i>Mariana Barboza Baeta Neves Matsushita</i>	1091
O CONCEITO DE RENDA E A TRIBUTAÇÃO DOS LUCROS NO EXTERIOR – <i>Martha Leão</i>	1107
A CONTABILIZAÇÃO DE INCENTIVOS FISCAIS SETORIAIS: EVOLUÇÃO REGULATÓRIA E ASPECTOS TRIBUTÁRIOS – <i>Mary Elbe Queiroz e Antonio Carlos de Souza Júnior</i>	1129
NOVAS SÚMULAS DO CARF E AS IMPLICAÇÕES PARA O PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO – <i>Maurício Pereira Faro e Bernardo Motta Moreira..</i>	1149
COISA JULGADA TRIBUTÁRIA COM EFICÁCIA PROSPECTIVA E AS QUESTÕES CONSTITUCIONAIS DISCUTIDAS NOS TEMAS 881 E 885 DO STF – <i>Misabel de Abreu Machado Derzi, Valter de Souza Lobato e Tiago Conde Teixeira</i>	1167
OPERAÇÕES DE HEDGE – IMPACTOS NA BASE DOS TRIBUTOS DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E O DESAFIO DE SUA PROVA – <i>Nereida de M. Finamore Horta</i>	1193
AS CONSEQUÊNCIAS DA ADC 49 PARA O ICMS: A (IN)DECISÃO DO “ASNO DE BURIDAN” – <i>Oswaldo Santos de Carvalho e José Mauro de Oliveira Junior.</i>	1217
RESERVA DE LEI COMPLEMENTAR PARA DISPOR SOBRE PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA: ANÁLISE DO RE 636.562- SC – <i>Renata Elaine Silva Ricetti Marques</i>	1247

O ÁGIO NA VISÃO DOS TRIBUNAIS: EMPRESA VEÍCULO E ÁGIO INTERNO – Roberto Duque Estrada e Eduardo Barboza Muniz	1259
DELAÇÃO EM MATÉRIA CRIMINAL E A CONFIGURAÇÃO DO FATO JURÍDICO TRIBUTÁRIO – Robson Maia Lins e Marina Vieira de Figueiredo	1283
O TEMA 745 DE REPERCUSSÃO GERAL: A SELETIVIDADE SEGUNDO O SUPREMO E A MODULAÇÃO EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA – Rodrigo Garcia Duarte e Fernanda Oppermann Iizuka	1313
TEORIA DA INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA OU FENOMENOLOGIA DA TRIBUTAÇÃO E PRINCÍPIOS RETORES – Sacha Calmon Navarro Coêlho	1337
SUBFATURAMENTO E SUBVALORAÇÃO: DIVERGÊNCIAS NA CARACTERIZAÇÃO NA JURISPRUDÊNCIA – Solon Sehn	1363
BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A MODULAÇÃO DOS EFEITOS DAS DECISÕES DO STF SOBRE RECENTES JULGADOS EM TEMAS TRIBUTÁRIOS – Susy Gomes Hoffmann e Fabiana Vicedomini Coelho	1381
UMA CLASSIFICAÇÃO ANALÍTICA DAS SENTENÇAS – Tárek Moysés Moussallem e Yuri de Oliveira Dantas Silva	1397
A INSCRIÇÃO DO DÉBITO EM DÍVIDA ATIVA E OS DIREITOS DO SUJEITO PASSIVO TRIBUTÁRIO – Carla de Lourdes Gonçalves e Hendrick Pinheiro	1417
O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE TRIBUTÁRIA MATERIALMENTE QUALIFICADA – UMA FUNDAMENTAL ESPECIFICIDADE DO SISTEMA CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO BRASILEIRO – Luís Cesar Souza de Queiroz	1435